

## Modelo esgotado

MARCELO DE PAIVA ABREU\*

Quem quiser ter uma ideia de como os economistas ditos heterodoxos viam o desenvolvimento econômico brasileiro desde 1930 até meados do primeiro mandato de Dilma Rousseff deve ver o filme *O longo amanhecer*, dirigido por José Mariani. Ironicamente exibido no festival “É Tudo Verdade” de 2014, o filme é baseado em depoimentos de economistas ditos heterodoxos, com duas ou três exceções que não salvam a obra. Fica a dúvida sobre o que teria levado o diretor ou o seu consultor, Ricardo Bielchowsky, a considerar razoável tratar do assunto ouvindo apenas economistas heterodoxos. Seria interessante saber, cm meio às revelações do petrolão, quão persistentes são certezas ventiladas no filme.

O filme é uma ode ao nacional-desenvolvimentismo. Em síntese, os depoentes sublinham quão desejável é a combinação de nacionalismo com a busca do desenvolvimento. Fara isso seria essencial o papel do Estado com o indutor do desenvolvimento. Há implícita aprovação da ênfase na autarquia como demonstração de nacionalismo. No mais, há uma seletiva omissão de episódios penosos e de sucesso de estratégias que desmentem as suas crenças.

O começo do filme não é promissor. Em meio aos usuais clipes do Porto de Santos, presumivelmente com o objetivo de comparar o Brasil de 1930 favoravelmente com o Brasil do século 21, alega-se que o complexo cafeeiro era nacional. É preciso muita ignorância para deixar de levarem conta que o monopólio da ligação da zona cafeeira ao Porto de Santos dependia da San Paolo Railway britânica e, mais, que o financiamento da valorização do café dependia crucialmente do acesso à praça financeira londrina.

Ao tratar do Vargas promotor da ação do Estado na economia nos anos 30, evita-se a menção aos excessos mussolinianos e enfatiza-se a Constituição de 1937, Volta Redonda e a Vale do Rio Doce. No primeiro caso foi nacionalismo de letra morta, pois quase nada da constituição “polaca” foi implementado. Volta Redonda foi estatal dada a inapetência da United States Steel e a Vale foi decorrência direta de iniciativa britânica. O estatismo de Vargas pré-Petrobrás tinha firmes raízes em Roma, Washington ou Londres, e não no Rio de Janeiro.

O culto à importância das decisões estratégicas no segundo governo Vargas é despropositado. Por mais importantes que tenham sido Rômulo de Almeida e Jesus Soares Pereira, a influência decisiva para a criação do BNDE foi, por irônico que pareça, a Comissão Mista Brasil-ELTA. A Petrobrás da Lei 2004 foi bem além do que pretendia Getúlio.

A reflexão sobre Jango é modesta. Muita menção a reformas de base sem a admissão de que os objetivos eram nebulosos. No Plano Trienal, o assunto ocupa sete páginas de texto frouxo. A ênfase do Trienal em políticas ortodoxas para controlar a inflação e seu fracasso por causa da “esquerda negativa”, em contrapartida, são assuntos rebarbados pelos depoentes. Trata-se de memorável história seletiva.

Os depoentes ignoram crise fiscal estrutural como um problema desafiador na economia brasileira e a importância da inflação como tema permanente em boa parte do período pós-1945. Talvez seja a razão para que seja indecentemente subestimada a conquista do Plano Real.

A alta proteção à indústria brasileira só é lembrada quando se acumulam lamúrias quanto à desmoralização decorrente das menções de Collor às carroças nacionais. O setor automotivo, comensal perpétuo do governo, agradece comovido.

Qualquer menção à corrupção foi evitada, até mesmo quando objeto de perguntas de entrevistadores, sob a alegação de que queriam falar mesmo é sobre economia. Seria uma posição sustentável nos dias de hoje?

Com base no filme e nos acontecimentos dos últimos meses, seria razoável imaginar que estaria havendo alguma introspecção que pudesse levar à revisão de algumas ideias. Mas é mais do que provável que seja esperança vã.

\* Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é Professor Titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.